



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1723/13	DATA: 22/10/2013
INÍCIO: 09h56min	TÉRMINO: 11h00min	DURAÇÃO: 01h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h04min	PÁGINAS: 30	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO HADDAD - Prefeito da Cidade de São Paulo-SP.
ROBERTO PORTO - Secretário Municipal de Segurança Urbana.
ROGÉRIO SOTTILI - Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
LUCIANA TEMER - Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
DENISE MOTTA DAU - Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres.
FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Assessor do Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

SUMÁRIO: Audiência com o Prefeito de São Paulo sobre o tema da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Prefeitura de São Paulo.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião desta CPI com o Prefeito do Município de São Paulo, Fernando Haddad, presentes também outros e outras secretárias que serão posteriormente identificados.

Prefeito, eu sou Erika Kokay, Presidenta da CPI que investigação a exploração e turismo sexual da Câmara dos Deputados. A Deputada Liliam Sá é Relatora, a Deputada Keiko Ota é membro da Comissão e é autora desta diligência que nos trouxe aqui ao Estado de São Paulo.

Realizamos, no dia de ontem, algumas atividades: uma reunião com o Poder Judiciário e uma audiência pública, onde nós pudemos escutar uma série de segmentos.

Nós temos uma preocupação, no que diz respeito à CPI, que ela reporta em dois aspectos. O primeiro deles é o nível de responsabilização que se tem para romper uma relação de impunidade, ou seja, é fazer o luto do colonialismo que nós não fizemos ainda, porque é uma lógica muito patrimonialista que está presente na exploração sexual.

A impunidade naturaliza e provoca muito temor, porque ela fragiliza o Estado Democrático de Direito, as respostas do próprio Estado. É um sentimento muito aporético, e as pessoas se intimidam no processo de denúncia.

E o outro aspecto diz respeito ao atendimento das pessoas vítimas de exploração sexual de crianças e adolescentes. E achamos que é preciso que o poder público construa, primeiro, um diálogo nas várias esferas do Estado.

Quando nós falamos de romper a impunidade, nós estamos falando também das estruturas policiais, para criar bons inquéritos que possam possibilitar denúncias do Ministério Público, celeridade do Poder Judiciário, enfim.

E quando nós falamos de atendimento, nós falamos também de um sistema de proteção, ou seja, de termos políticas de prevenção para que nós não tenhamos esse nível de roubo da infância, como é a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Pelo que nós pudemos depreender na audiência de ontem, nós vimos que existem alguns pontos que já são identificados na cidade, pontos como o CEAGESP, as obras do Itaquera, o Terminal de Vila Maria e o Largo do Arouche,



que nos foram pontuados pelo Poder Judiciário. O Largo do Arouche, com muita exploração sexual de meninos, transexuais, travestis, enfim.

Portanto, são pontos já identificados que precisam de ações, eu penso, inclusive exemplares. Há um projeto, um programa da Prefeitura, se não me falha a memória, que é de acolhimento, de abordagem de população de rua, porque a situação de rua traz um nível de vulnerabilidade, um nível de vulnerabilidade que leva à situação de drogadição, que dá um pulo para a situação de tráfico e a situação de exploração. Ou seja, não se viola um direito sem violar outro direito. Não se viola o direito e o coloca numa cápsula, ela leva a outras violações de direitos.

Então, a nossa preocupação é com como fazer uma articulação entre as forças. Foi pontuado por um vereador que é Presidente da CPI de Exploração Sexual aqui do Município...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Laércio Benko.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Laércio Benko. Foi pontuada por ele a necessidade de uma articulação dos órgãos de repressão, eu diria, ou de contenção. Articulação da Guarda Municipal com a Secretaria de Estado, enfim. Mas o que nós pensamos é que também tem que se ter a identificação das redes, a construção, a identificação, a construção das redes de proteção, para que se possa fazer o sistema que envolva a prevenção, a promoção, a proteção e a reparação do direito, porque isso se consolida nos planos de enfrentamento em geral. Os planos de enfrentamento trabalham com toda essa lógica de sistema e eles trabalham com a intersectorialidade, que é absolutamente fundamental e é associada, penso eu, à territorialização e às ideias de protagonismo de crianças e adolescentes.

Um pouco é essa a nossa preocupação. A questão de Itaquera tem uma relação com as grandes obras. Todas as grandes obras levam ao recrudescimento da exploração sexual — nós vimos isso em Jirau, em Santo Antônio, em Belo Monte.

Belo Monte nos provocou por volta de sete audiências públicas, para entendermos a relação de Belo Monte, inclusive, chamamos o consórcio, chamamos os bancos financiadores, porque nós queremos avançar no marco legal. O marco legal significa que, ao mesmo tempo em que tem que haver um licenciamento ambiental, tem que haver o licenciamento social com recorte em crianças e adolescentes. Ou seja, não dá para construir uma obra sem que se tenha um plano



específico, territorializado, construído com a sociedade civil, de proteção às crianças e aos adolescentes. Acho que a Prefeitura pode avançar nisso também, como na discussão dos alvarás para as instituições de turismo.

Nós vamos ter a Copa agora, vai haver um grande fluxo de turismo. É outra preocupação. Fizemos, inclusive, um seminário com as unidades que sediaram a Copa das Confederações para ver como nós avançamos. A Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Ministra Maria do Rosário, tem-se preocupado bastante com essa condição.

Mas como se libera o alvará depois de haver um curso de formação para os profissionais que vão estar ali, para que possam entender, se sensibilizar? Enfim, são coisas que nós sabemos que em grande parte fogem da esfera da Prefeitura, mas outras têm relação com a Prefeitura: a concessão de alvarás, as condições para implementação de obras aqui. Nós podemos avançar nesse sentido, porque temos absoluta certeza de que há sensibilidade, disposição política e história para que se possa construir um exemplo para o Brasil inteiro.

Por fim, a discussão dos Conselhos Tutelares, com os quais temos preocupação. Sabemos que a Prefeitura assumiu há pouco tempo, assumiu este ano, então isso exige algum tempo. Mas o Conselho Tutelar é órgão de proteção de direitos absolutamente fundamental. Ele aplica medidas de proteção e precisa de capacitação, de estrutura. Essa é preocupação também do Governo Federal.

Enfim, nós viemos aqui com essas preocupações.

E se houver plano de enfrentamento, se houver ações nesse sentido, nós gostaríamos que a CPI pudesse acolher esse plano. Se há planos antigos e se há intenção de revitalizá-los, enfim, como um plano dialoga com outro... Porque nós temos planos de enfrentamento de trabalho infantil, planos de convivência familiar, e todos eles às vezes lidam com a mesma pessoa. Eles são construídos para o mesmo segmento populacional que sofre a violação de direitos.

E são essas as nossas preocupações.

Por fim, a questão orçamentária. Como está sendo a proposta, como estão sendo considerados como prioridade absoluta crianças e adolescentes. Sei que vocês estão trabalhando com um orçamento que não foi construído por esta Prefeitura, que é orçamento de outro prefeito, mas seria bom que pudéssemos ter



essa noção e trabalhar com o orçamento que deve começar a ser discutido agora, no final do ano, aqui no Município de São Paulo.

Seriam essas as nossas preocupações.

Passo a palavra para a Deputada Liliam Sá.

Depois, só identificar as pessoas. Nós gravamos para que fique nos Anais. Podemos também não gravar. Mas, gravando, fica nos Anais da própria CPI e vai constar no relatório da CPI, e achamos importante termos a fala do Prefeito da maior cidade da América Latina, São Paulo, berço de tanta coisa boa e de tanta coisa não tão boa também. Enfim, a maioria boa. *(Risos.)*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sr. Prefeito, bom dia.

Em primeiro lugar, parabéns — atrasados, mas parabéns — por estar aqui como Prefeito desta cidade maravilhosa. Só conhecia o senhor como Ministro.

Eu tive o prazer de estudar com sua esposa, Ana Estela, lá em Harvard. Nós fizemos o curso para a primeira infância. Então, eu sei da preocupação que ela tem no sentido de cuidar da infância, de cuidar das crianças.

A respeito das palavras da Erika Kokay, nossa Presidenta, eu penso o seguinte: no CEAGESP é antigo esse caso de exploração sexual. Quando fui Vereadora no Rio de Janeiro, nós fizemos uma CPI parecida, e aqui em São Paulo tinha uma na Câmara dos Vereadores, e nós cruzamos as informações. Foi quando começaram a fazer aquelas campanhas com os caminhoneiros, porque as crianças eram levadas de um Estado para o outro: *“Ah, aqui não está bom, vamos lá para o Rio de Janeiro”*.

Ontem, nós ficamos sabendo da entrada de crianças que vêm do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Ceará, principalmente meninos, para serem explorados sexualmente por uma rede. Aqui eles vêm, colocam silicone, cabelo e tudo, e saem daqui para o estrangeiro. Nós queremos do senhor uma fiscalização maior nesse sentido.

Quando isso aconteceu, o Prefeito da cidade, na época, fez uma força-tarefa nesses lugares. Colocou assistente social, a Vara da Infância, o Conselho Tutelar, a Polícia Civil, e fizeram batidas ali. Colocou um núcleo dentro da própria CEASA.

O SR. FERNANDO HADDAD - Em que ano foi isso?



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em 2007. Para o senhor ver quantos anos tem, e continua acontecendo.

Colocaram um núcleo ali dentro, da Vara da Infância com Conselho Tutelar dentro da CEASA no Rio de Janeiro. Então, isso funcionou.

O SR. FERNANDO HADDAD - Ah! Isso foi no Rio.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, no Rio. É, porque eles vinham para o CEAGESP. Aí eu fiz a denúncia na Câmara de Vereadores.

O SR. FERNANDO HADDAD - No Rio.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A força-tarefa foi aqui?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A força-tarefa foi no Rio. Deu muito certo.

Então, é a mesma coisa. CEASA e CEAGESP são iguais. São polos de distribuição de alimentos. Eu acho que daria certo aqui também fazer uma força-tarefa.

E também nessa questão das grandes obras do Corinthians, a Childhood fez uma pesquisa dizendo que 85% das pessoas que entrevistaram em volta ali do estádio disseram que há exploração sexual de crianças e 25% falaram que foram clientes desses menores de idade.

Então, se chamar a Odebrecht para conversar, a fiscalização ali teria que ser maior.

O SR. FERNANDO HADDAD - Os próprios trabalhadores?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim. Os próprios trabalhadores. Isso aí foi a ONG, aquela Childhood, que é ligada à Rainha Silvia.

Então, eu gostaria de pedir essa fiscalização. Que o senhor fizesse uma força-tarefa para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente nas ruas de São Paulo, aqui pelo centro de São Paulo.

Isso aí daria certo. Lá no Rio deu certo, chamando a Vara da Infância.

Outro pedido que foi da Vara da Infância é uma casa de passagem. Porque, quando se tira da rua essas crianças que são vítimas de exploração sexual, de abuso sexual, apesar do CREAS, não se tem como receber essas crianças para ressocializar. Foi uma observação que a Vara fez. Poderia ter uma casa nesse



sentido, com assistente social, com psicólogos. De repente, dar uma bolsa de estudos, chamar a família.

Então, são sugestões que nós estamos trazendo e que eu acho que deveriam ser avaliadas pela Prefeitura, porque seria um caminho, não é? Sabemos que o que está acontecendo no Brasil inteiro é uma coisa que nós vamos ter que combater de outra forma, somente com políticas públicas, com prevenção.

E pergunto se a Prefeitura está fazendo alguma coisa na questão da prevenção do turismo sexual de crianças e adolescentes para os grandes eventos, para a Copa do Mundo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pergunto à Deputada Keiko Ota se quer fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Pode ir fazendo as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só para dizer que, em Santo Antônio, foi feito um trabalho, em parceria com as empreiteiras, de sensibilização dos trabalhadores, com algumas instituições, com academia e tal. Enfim, tem uma dificuldade porque tem um estranhamento. É difícil. O trabalhador não consegue identificar na menina que está sendo explorada sexualmente a possibilidade de ser a sua filha. Ele cria uma apartação. É difícil você dizer assim: "*Podia ser sua filha*". Ele diz: "*Não, minha filha, não. Minha filha é outra coisa.*"

Eu lembro a fala de um policial numa unidade de internação. A gente dizia: "*E os meninos?*" Ele dizia: "*Não, meninos, não. Esses não são meninos. Meninos são os nossos filhos.*" Essa apartação.

Mas foi feito um trabalho em Santo Antônio de sensibilização dos operários nos canteiros de obras, porque tem diferenciação, porque são mais isolados e tal, enfim, os vínculos são muito mais quebrados em Belo Monte. Essa aqui é mais uma obra urbana, mas há exploração sexual.

Vou lhe passar a palavra, então.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só para finalizar.

Nós vimos ontem que existe dinheiro no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como ele é aplicado? O que vocês pensam em fazer nessa questão do orçamento para criança e adolescente?



O SR. FERNANDO HADDAD - Bom, eu queria repetir aqui que estou na presença de cinco Secretários: Dr. Roberto Porto, que é do Ministério Público e ocupa a chefia da Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura; Luciana Temer, de Assistência Social; Rogério Sottili, de Direitos Humanos; Denise Motta Dau, da recém-criada Secretaria das Mulheres; e Leonardo Barchini, de Relações Federativas.

Esse grupo forma um dos comitês gestores de políticas intersetoriais da Prefeitura de São Paulo. Acho que na primeira reunião foi esse o tema: a exploração sexual de menores, de crianças e adolescentes. E nós deflagramos, em março, se não estou enganado, um processo não apenas de compreender o que está acontecendo na cidade, mas incidir sobre essa realidade para transformá-la.

Tivemos muita dificuldade em operar um flagrante, o que era o nosso desejo. O nosso desejo era, por meio de casos exemplares, levados a conhecimento público, inibir, justamente pelo combate à impunidade, essa prática que nos deixa a todos muito consternados, ainda mais numa cidade como São Paulo, em que isso é feito à vista de todos. Mas a Guarda Civil atuou, fotografou, fez reportagem sobre o que acontecia. Esses três locais estão identificados há muito tempo. E, diante da dificuldade do flagrante, nós preferimos levar ao conhecimento do Ministério Público, que instaurou um procedimento de investigação.

Nós entendemos que estamos agora envolvendo mais Secretarias para verificar o que é possível, por parte da Prefeitura, em termos de investimento, até de infraestrutura. Por exemplo, o pátio onde acontece é um pátio enorme, de difícil fiscalização. São centenas e centenas de caminhões que estacionam num terreno público e passam as noites ali de forma completamente desorganizada. E o que nós queremos é organizar aquele espaço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso foi no CEAGESP?

O SR. FERNANDO HADDAD - Não, isso foi na Vila Maria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na Vila Maria. No terminal de cargas?

O SR. FERNANDO HADDAD - No terminal de cargas.



No CEAGESP, a natureza é um pouco diferente, mas também envolve caminhoneiros. São pessoas que passam pela cidade, mas não são residentes. Isso dificulta a nossa atuação, porque são pessoas que estão de passagem.

Em geral, esse tipo de exploração aqui se dá de forma muito sutil, do ponto de vista da abordagem, porque é tudo feito de uma maneira a preservar a identidade das pessoas envolvidas: tanto dos menores envolvidos quanto dos adultos que estão nessa situação.

Então, colhemos os depoimentos, sabemos onde estão os focos da nossa atenção e estamos trabalhando com o Ministério Público e com os Conselhos Tutelares para tentar... É um assunto antigo, como você mesma referiu. Não é novidade na cidade de São Paulo. Itaquera é uma novidade porque as obras da Copa começaram recentemente. E eu acho que a preocupação que você manifesta sobre o próprio evento, como é que nós vamos agir, porque aí vai envolver também pessoas de passagem, só que de outras procedências, serão turistas que virão para a Copa e vão encontrar, podem encontrar um terreno propício para isso. Nós temos também que trabalhar nessa direção.

No que diz respeito aos Conselhos Tutelares, São Paulo tem a tradição de fortalecimento dos conselhos. Nós temos 44 conselhos na cidade. Estamos encaminhando agora a lei que regulamenta a atividade na cidade, em sequência ao que foi decidido no plano federal, inclusive reconhecendo retroativamente os direitos para a data da lei federal, para que não haja dúvida sobre o nosso compromisso. Também é um gesto nessa direção.

A Denise mantém contato frequente com a Ministra Eleonora, no sentido de alinhar as políticas de combate a toda forma de violência contra a mulher, e esta é uma forma de violência contra a mulher.

Sei também que há meninos envolvidos. Não é só uma questão do gênero feminino. A exploração se dá também em relação a menores...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Majoritariamente do gênero feminino.

O SR. FERNANDO HADDAD - Majoritariamente, mas nós temos aqui, em muito menor escala, mas existe. Existia no Trianon; hoje, menos. Mas existia no



Trianon. Migrou para a Praça da República. É muito menor a intensidade, a frequência.

O SR. ROBERTO PORTO - No autorama.

O SR. FERNANDO HADDAD - O autorama. Nós tínhamos um lugar no Parque do Ibirapuera, que era ali perto daquela passarela que leva ao antigo DETRAN, que ficava aberto. Ali também havia problemas com crianças e adolescentes. Nós fechamos o espaço à noite. Abrimos o parque à noite, porque tem policiamento, e fechamos esse local específico que era utilizado para esse fim de exploração. Ali, no caso, muitos meninos também. Então, foi uma iniciativa importante e cabia à Prefeitura tomar medidas. Tomamos, inclusive com apoio da comunidade local. Não tivemos problema. Há menos de 30 dias, seguramente, essa decisão foi tomada.

Agora, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está cuidando da Vila Maria. Porque a Vila Maria é um lugar que, se tiver investimento público ali, nós podemos coibir muito a atuação desses exploradores num procedimento parecido com o que nós fizemos na Feira da Madrugada: reocupa o espaço público e organiza. Essa organização traz benefícios inclusive desse ponto de vista.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Prefeito, no Nordeste, o que deu muito certo foi uma campanha com os caminhoneiros. Uma campanha de combate à exploração sexual que deu muito certo. E nos postos de gasolina também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Siga em Frente, Caminhoneiro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, Siga em Frente, Caminhoneiro. E os próprios caminhoneiros é que denunciavam os pontos de exploração sexual.

Outra preocupação lá do Tribunal de Justiça foi com a questão do *crack*. Tem mais de 2 mil pessoas, sendo que 20% delas são de crianças e adolescentes. E adolescentes tendo filhos de adolescentes e de exploradores sexuais também. O problema é que eles não têm lugar para colocar essas pessoas, para tratar essas pessoas. Esse também foi outro ponto levantado pelo Tribunal de Justiça ontem. A gente gostaria de saber o que o senhor tem em relação a isso. Porque o Governo Federal lançou aquele: Crack, é Possível Vencer.



O SR. FERNANDO HADDAD - Nós aderimos ao programa. Inclusive, estamos recebendo os equipamentos do Ministério da Justiça. E nós ampliamos o acolhimento ao dependente químico. Estamos dando menos ênfase à internação compulsória e mais ênfase a abordagens alternativas. Sobre tudo o CAPS-AD tem sido...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem CAPS-ADI aqui? Álcool e droga infantil?

A SRA. MARISTELA CARVALHO - Álcool e outras drogas.

O SR. FERNANDO HADDAD - É álcool e droga, mas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Álcool e droga infantil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ADI, que é criança e adolescente.

O SR. FERNANDO HADDAD - O Felipe mencionou essa hipótese, mas acho que ainda não está concretizada. Mas está no nosso radar.

Mas o CAPS tem sido uma experiência reconhecida pela comunidade como exitosa. Ela não é uma internação. Alguns, nós estamos passando para 24 horas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - CAPS 3, não é?

O SR. FERNANDO HADDAD - ...inclusive com a possibilidade da permanência do dependente. É óbvio que não é uma internação, mas quase uma casa de passagem; ele pode permanecer no local. Estamos também implantando aqui em São Paulo o SAMU-AD, um SAMU voltado para a drogadição. O cidadão aciona o serviço, e a ambulância fica dedicada ao dependente. Há casos, às vezes, até de surto de abstinência, psicótico, uma série de coisas que exige profissionais de outro tipo, porque envolve psiquiatria, envolve outro tipo de tratamento. Então, nós temos também um serviço dedicado, que foi lançado junto com o Governo do Estado.

Então, eu acho que as políticas federais estão chegando a São Paulo; estão chegando a São Paulo, sobretudo, na saúde. Isso é notável.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A Maria do Rosário, na questão da exploração sexual, tem muita coisa boa.

O SR. FERNANDO HADDAD - Sim.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há a questão do aparelhamento também dos Conselhos Tutelares.

O SR. FERNANDO HADDAD - Sim. O Governo Federal, como vocês sabem, tem um conjunto numeroso de programas, de ações, e nós estamos acionando cada uma dessas possibilidades, a cada semana. Por exemplo, o PAC não tinha chegado a São Paulo ainda. Semana que vem, nós vamos assinar 8 bilhões de reais em convênios.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Sobre os Conselhos Tutelares e a Secretaria de Direitos Humanos, nós já firmamos convênio com a Secretaria de Direitos Humanos. Estão chegando agora, no mês que vem, no dia do Conselho Tutelar, dia 18 de novembro, 44 *kits*, com carro, computador, programa, todo o equipamento. Nós também já fechamos convênio com a Secretaria de Direitos Humanos de formação continuada para todos os Conselheiros Tutelares da cidade de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Capacitação.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Capacitação, exatamente. Juntado isso com o que o Prefeito falou sobre o envio do projeto de lei que regulamenta a situação dos Conselhos Tutelares, nós vamos conseguir, a partir de agora, a partir de outro patamar, do ponto de vista do fortalecimento dos Conselhos Tutelares, sem sombra de dúvida.

A nossa avaliação dos Conselhos Tutelares, hoje: eles estão completamente abandonados, vivem isolados em seus territórios, sem condições de trabalho, sem condições de dar atenção. Evidentemente que o maior problema, as consequências disso, quem sofre o maior problema disso é a criança e o adolescente, que ficam abandonados nesses territórios.

Então, eu acho que, a partir de agora, a realidade, através dos Conselhos Tutelares, vai ser diferente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas os Conselhos Tutelares estão ligados a que pasta? Porque lá no Rio de Janeiro, por exemplo — eu sou do Rio —, são ligados à assistência social.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - As Subprefeituras hoje são as responsáveis pelos Conselhos Tutelares, mas o Prefeito já determinou...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, mas vocês vão modificar, pelo que foi falado na audiência pública ontem.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Era isso que ia falar. O Prefeito já determinou que os Conselhos Tutelares venham já com isso. A partir da regulamentação e do projeto de lei que a gente está encaminhando, eles vão passar para a Secretaria de Direitos Humanos. Então, vai ter uma centralidade. Embora eles funcionem nas Subprefeituras, todos eles funcionem nas Subprefeituras, eles terão que passar a responsabilidade de organização, de gerenciamento, de monitoramento, de capacitação; tudo vai ser da Secretaria de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É porque vincula à política de direitos e não vincula ao território. Enfim, bom saber disso.

O outro aspecto é com relação ao atendimento das meninas e dos meninos vítimas de violência sexual. Aqui vocês têm o Pérola Byington, que existe há muito tempo e é referência no atendimento a pessoas vítimas de violência. Mas seria importante se a gente pudesse ter, a exemplo do que está acontecendo com as mulheres, o programa do Governo Federal com as mulheres vítimas de violência, que é a Casa das Mulheres, o programa em geral da humanização das provas, enfim, tentar fazer algo semelhante para criança e adolescente. Ou seja, que haja uma unidade que possa centralizar todo o serviço, seja o serviço de saúde, o serviço de abordagem familiar, defensoria, de coleta de provas. Enfim, da mesma forma como se está criando a Casa Mulher, a possibilidade de criar um serviço como este, para além do hospital, que tem feito esse atendimento das vítimas de violência. Seria importante se pudesse ter essa perspectiva.

E um pouco a gente entender como é o projeto de acolhimento, acolhedor — eu não sei o nome; em Brasília é Cidade Acolhedora, aqui eu não sei —, que é para a população de rua. Acolhedora, então.

A SRA. LUCIANA TEMER - Acolhimento é tanto para criança quanto para a população; acolhimento é o termo técnico que hoje se usa para qualquer tipo de acolhimento de adulto ou de criança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em situação de rua.

A SRA. LUCIANA TEMER - Em situação de rua ou não.



Na verdade, o que acontece? Para as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, exploração ou mesmo abuso sexual familiar, hoje nós temos dois tipos de atendimento. Se a criança tem família, e a família não está envolvida nesse abuso, nós temos 12 centros de acolhimento para essas crianças, que na verdade não são acolhimentos, as crianças permanecem com as famílias, mas têm um tratamento psicológico, um encaminhamento jurídico; não só a criança vítima da exploração, do abuso, mas a própria família que está envolvida na situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual a participação do CREAS nisso?

A SRA. LUCIANA TEMER - Então, o CREAS faz o encaminhamento. Na verdade, o CREAS referencia essas vítimas para esses serviços, esses 12 serviços que não são acolhimento, na verdade, são serviços de atendimento a essas mulheres e crianças vítimas de violência, seja sexual, seja de outra ordem. Então, hoje nós temos isso. Essa é uma situação da criança e adolescente que tem a família.

Agora, quando a família está envolvida na situação de abuso, ela é retirada da família pelo próprio Judiciário, encaminhada para os nossos centros de acolhimento. E nós temos 145 centros de acolhimento para crianças e adolescentes.

Então, quando vocês colocaram a respeito da necessidade de haver uma casa de passagem, nós temos duas situações: se essa criança tem família, ela não é retirada da família, mas ela é atendida nesses centros de cuidado com a criança e com o adolescente; agora, se ela não tem família, ou se ela tem uma família envolvida no abuso, aí ela é encaminhada para os nossos centros de acolhimento e pode ou não regressar à família, depende de decisão judicial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas lá ela fica em situação de abrigamento temporário.

A SRA. LUCIANA TEMER - Ela fica em situação de abrigamento temporário, a ideia é sempre temporário. Mas o que acontece? A criança, por exemplo, que é vítima de abuso, que não tem família, ou de exploração, ou que tenha família envolvida, que vai para esses acolhimentos, ela é referenciada no serviço de atendimento das crianças. Então, além de ela ser acolhida na casa, ela é tratada pelo serviço.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LUCIANA TEMER - É, exatamente. Então, quer dizer, as duas situações distintas são estas: ou ela é acolhida e é tratada por esses centros de tratamento, ou ela continua com a família, se a situação for essa, e é acompanhada pelo centro de tratamento. Então, hoje a gente tem esse tipo de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, Prefeito, se fosse possível, vocês poderiam encaminhar para a gente a situação encontrada e o que já está decidido, do ponto de vista de superação. Por exemplo: os Conselhos Tutelares são 33, não têm isso tal, tal, tal, estamos fechando o *kit*, o programa do Governo Federal e encaminhamos a lei para a Câmara Municipal.

A questão do centro de acolhimento, por que o juiz disse que era necessário haver uma casa de passagem?

A SRA. LUCIANA TEMER - Ontem, uma representante da Secretaria de Assistência, na audiência pública, Gabriela, ficou de encaminhar para vocês o nosso plano de enfrentamento.

Eu não sei do que o juiz estava falando exatamente, porque na verdade criança e adolescente ou está com a família e vai ser acompanhada pelo nosso serviço de tratamento, ou ela vai ser retirada da família.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você acha que a demanda tem sido atendida? Porque nós estamos vendo que o CREAS tem, primeiro, pouca especialização; ele é um centro de atendimento especializado, de média complexidade...

A SRA. LUCIANA TEMER - Alta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...mas ele tem pouca especialização porque atende todas as vítimas de violação de direitos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A Dra. Maria de Lourdes Rachid fez uma comissão especial, dentro do Tribunal de Justiça, do tráfico de pessoas. Ela fala nessa casa de passagem porque, para esses adolescentes que vêm de outros Estados e passam por aqui ou, então, são reconhecidos na questão da exploração sexual, ela defende um tratamento diferenciado, porque eles não se sentem explorados sexualmente. Ali se precisava trabalhar e ressocializá-los, bolsa de estudos, encaminhá-los, e a família. Seria um centro de triagem, nesse sentido, que



não funcionaria colocando com outras crianças com menor idade — entende? —, no caso de abuso, seria uma coisa específica da exploração.

A SRA. LUCIANA TEMER - É uma proposta que pode ser pensada, mas na verdade hoje essas pessoas são acolhidas regularmente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Voltam para a rua e vão ser exploradas novamente.

A SRA. LUCIANA TEMER - A ideia é que não voltem, a ideia é que sejam acolhidas, mas não é prisão. Então, de fato, se a criança sair, o que pode acontecer é tentar resgatá-la de novo.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Eu queria complementar um pouco as informações. Primeiro, o Prefeito, ao criar a Secretaria de Direitos Humanos, deu a ela a responsabilidade de coordenar a política de criança e adolescente. Não existia a coordenação da política para criança e adolescente. Existia o FUNCAD e o Conselho da Criança e do Adolescente, mas não existia uma coordenação que coordenava todas as ações da Prefeitura de forma transversal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O FUNCAD é o Fundo?

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - O FUNCAD é o Fundo, exatamente. Depois o Fábio pode dar mais informação, até porque o Fábio é o coordenador da área de criança e adolescente e atualmente é o Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente e, portanto, coordena o Fundo.

Então, na questão da criação da coordenação, começa a ter na Prefeitura, este ano, um trabalho intersecretarial de articulação. Nós estamos em contato permanente com a Secretaria de Educação, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Mulheres, enfim, as diversas Secretarias, construindo a política. Entre as várias prioridades definidas como plano de metas para a área de criança e adolescente, a primeira delas é o enfrentamento à exploração de criança e adolescente; a segunda, que tem uma relação muito estreita, é o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, e depois tem a situação de crianças e adolescentes de rua e assim por diante.

Foi criado um grupo de trabalho interministerial, como o Prefeito falou, justamente para trabalhar a questão da exploração sexual nos três territórios, que nós identificamos extremamente vulnerável para a criança e adolescente na



exploração sexual: o Vila Maria, onde nós fizemos um trabalho de investigação, coordenado pela Secretaria de Segurança Urbana, SMADS, Secretaria de Mulheres e nós, a Secretaria de Direitos Humanos, onde fizemos um relatório. Encontramos dificuldade de fazer uma intervenção única, como o Prefeito falou, de tentar pegar um flagrante, etc., porque é um espaço absurdamente grande, ingovernável, há uma ausência muito grande lá de equipamentos, etc. Então, vai passar por todo um processo de readequação, reurbanização, que passa pelo plano diretor.

Já estivemos conversando com o Secretário Fernando Melo. Ele está contemplando aquilo com um projeto futuro, inclusive com a possibilidade de usina de reciclagem, etc., para ocupação daquele espaço, reurbanização. E tem também todo um processo de campanha, que nós podemos desenvolver através da SMADS, de atendimento às famílias ao redor, porque, geralmente, é de onde vêm as crianças que são exploradas, combinado com a campanha, e a questão da segurança pública.

Então, esse é um projeto que nós estamos trabalhando. Inclusive, nós encaminhamos o relatório, produzido pela Guarda Civil Metropolitana, para a Segurança Urbana, para a Polícia Federal, para eles fazerem uma análise se podem nos ajudar no processo de intervenção mais localizada do ponto de vista do flagrante. Não obtivemos ainda a resposta sobre isso. Isso também será feito no CEAGESP, com a complexidade que o Prefeito levantou, e também em Itaquera, por conta da Copa, que nós estamos acompanhando.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - É. Exatamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Onde?

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - CEAGESP.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Ah! Sim. Bem lembrado, Deputada.

É o seguinte: por um outro viés, nós estamos com um programa de revitalização do Largo do Arouche. Nós fomos fazer um trabalho de diálogo social. Nós nos reunimos com vários setores da sociedade e faz um diálogo. Eles fazem propostas, críticas, etc. Nós reunimos a população LGBT...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *(Ininteligível)* espaço urbano?

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só no Largo do Arouche ou em geral?

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Assim, nós fizemos um diálogo com a população LGBT de São Paulo, e uma das propostas que surgiram foi justamente a situação do Largo do Arouche. O comércio está fechando, há muita violência, tráfico de drogas, prostituição, a população LGBT completamente vulnerável. Então, eles propuseram que passássemos por um processo de revitalização do Largo do Arouche, que apresentássemos uma proposta. Nós estamos discutindo isso com a SUBSER, com a Secretaria de Serviço, com a de Desenvolvimento Urbano, para pensar várias intervenções. Devemos lançar, inclusive, ainda este ano, um projeto de recuperação do local para dar mais segurança, iluminação, etc., o que deve inibir bastante esse ponto da...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Exatamente.

Também fizemos um programa, em articulação com a Secretaria de Mulheres, Transcidadania, que é justamente trabalhar essa população vulnerável, que são os transexuais, etc.

Mas eu queria só complementar um dado extremamente importante que tem a ver muito com isso. O plano de metas da Prefeitura de São Paulo estabeleceu... Nós temos, praticamente, cinco metas que são diretamente vinculadas à questão da exploração sexual. Das metas destinadas para a Prefeitura, a Meta nº 44 fala em implantar dois novos espaços de convivência e oito novos serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência. Essa é uma meta compartilhada entre a SMADS e a Secretaria de Direitos Humanos. A Meta 66, a 66, a Rota 66 *(riso)*, fortalecerá os Conselhos Tutelares, dotando de infraestrutura adequada e oferecendo política permanente à formação. Já relatei que, de fato, avançamos bastante nesse sentido. A adesão ao PAIR é outra meta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que meta? Não tem adesão...



O SR. ROGÉRIO SOTTILI - O PAIR existe desde 2011, mas muito timidamente; agora veio o PAIR Copa, com um... Inclusive, a SMADS está em Brasília hoje tratando desse assunto, pois que vem para o PAIR Copa 400 mil reais, para tentar trabalhar a questão na região do Itaquera, etc. E nós vamos fortalecer agora o PAIR com a criação da coordenação.

A SRA. LUCIANA TEMER - A contrapartida desses 400 mil seria justamente a implantação de um serviço no Itaquerao para convivência de criança e adolescente e atendimento da exploração sexual. Então, a nossa contrapartida vai entrar aí no serviço no próprio Itaquerao.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem um plano para a questão da Copa?

A SRA. LUCIANA TEMER - Então, é isso que vai ser enviado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque tem um comitê aqui com a sociedade civil e tal?

A SRA. LUCIANA TEMER - Sim, sim, sim. Um trabalho que é coordenado até pela Vice-Prefeita. Tudo o que diz respeito à Copa, ela está coordenando a discussão.

Agora, o envio do material de enfrentamento será justamente para o PAIR da Copa; quais são as ações que a Prefeitura está prevendo para isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vou fazer uma pergunta para a Secretária de Mulheres: como que vocês vão tratar essa questão das adolescentes grávidas vítimas do *crack*? Há muitas adolescentes grávidas. O que vocês estão pensando? Vocês têm algum projeto em relação a isso?

A SRA. DENISE MOTTA DAU - Bom dia, é um prazer recebê-los; bom dia, Prefeito; bom dia, colegas.

Bom, eu vou chegar nessa resposta à pergunta que a Deputada fez, mas, antes, eu gostaria de dizer que, conforme o Prefeito abriu aqui a reunião citando a questão da exploração sexual de crianças em São Paulo, é uma preocupação desta gestão desde janeiro deste ano.

Quando o Prefeito assumiu, quando ele reuniu o Secretariado, o Comitê de Cidadania, o Prefeito Fernando Haddad colocou esse tema e pediu que nós formulássemos uma política de enfrentamento à exploração sexual de crianças em



São Paulo. Em especial, a pontos, a nós críticos, que vocês citaram, locais onde isso acontece de forma mais escandalosa. Para nós, é simbólico que haja uma intervenção do poder público, punição, coibição. Imediatamente, em seguida, nós queremos uma intervenção do poder público com várias políticas.

Por isso, esse processo é de apuração e investigação, porque nós não queremos só uma ação policial; nós queremos que, além de uma ação policial para punir, imediatamente depois nós tenhamos a implantação de algumas políticas fundamentais nessa área, para que, de fato, aquele ponto não volte a ser um ponto de exploração sexual.

Eu queria também dizer que nós estamos preparando, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, um Protocolo de Cooperação, aqui da cidade de São Paulo, com a Secretaria de Justiça do Estado, de enfrentamento ao tráfico de mulheres. Pretendemos que a conclusão do acordo possa fazer com que, no final de novembro, início de dezembro, o Prefeito assine esse Protocolo de Cooperação com a Secretaria de Justiça.

Eu queria também dizer que, na semana passada, foi assinado um termo de cooperação voltado para o tema *Trabalho Decente na Copa do Mundo*.

Então, a cidade de São Paulo, com empregadores, com as centrais sindicais, representando os trabalhadores, e com o poder público, assinou um protocolo de trabalho decente, para que a Copa deixe em nossa cidade um legado social importante.

Obviamente, isso se articula com a questão de que, com a realização da Copa, nós possamos deixar uma herança positiva para a cidade, seja no sentido de postos de trabalho de boa qualidade, serviços como a escola técnica, que está sendo implantada em torno do estádio que está sendo construído, do Itaquerão, Unidade Básica de Saúde, que está sendo construída ali, e também a retirada da população que está morando na beira do córrego — eu não me lembro do córrego, o Prefeito deve saber, porque ele conhece melhor a cidade do que eu...

O SR. FENANDO HADDAD - Favela da Paz.

A SRA. DENISE MOTTA DAU - Favela da Paz.



Então, toda a intervenção que a cidade de São Paulo está construindo para a Copa do Mundo é uma intervenção para deixar um legado social forte, uma herança positiva para a cidade.

Então, em relação às relações de trabalho, exploração, precarização, foi assinado um projeto de cooperação com empregadores, trabalhadores e poder público na semana passada.

Estamos também inserindo nos materiais de publicidade, de divulgação da Copa; conversamos com a Vice-Prefeita, que está coordenando essa ação, ela reuniu as várias Secretarias e vai haver materiais preventivos de exploração sexual de crianças e adolescentes e mulheres. Então, vai haver um material preventivo específico para esse tema, desde *spots* antes do *trailer* nos cinemas até materiais nos ônibus. Então, há toda uma ação articulada voltada para essa questão.

São Paulo vai ter, no ano que vem — achamos que até o final do ano que vem — 2 casas de passagem para mulheres vítimas de violência, para onde elas podem levar seus filhos e filhas de 0 a 15 anos.

Em relação ao *crack*, nós... Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como casa abrigo.

A SRA. DENISE MOTTA DAU - Casa de passagem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De passagem.

A SRA. DENISE MOTTA DAU - Por permanência de até 15 dias, renovável por mais 15. A casa abrigo já é uma permanência de 4 ou 5 meses. Porque São Paulo não tem nenhuma casa de passagem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas tem casa abrigo.

A SRA. DENISE MOTTA DAU - Ela tem casa abrigo ou Centros de Referência da Mulher. Então, na gestão do Prefeito Fernando Haddad, nós pretendemos inaugurar 2, porque não tem nenhuma.

E, por último, em relação ao combate ao *crack*: não há uma ação específica da Secretaria de Políticas Para Mulheres sozinha. Nós fazemos parte... Como disse o Secretário Rogério Sottili, há uma forte atuação intersecretarial, acho que esse é uma marca da nossa gestão. Então, existe um grupo de enfrentamento às drogas, a política de atenção às drogas e álcool, aqui na Cidade de São Paulo, do qual várias Secretarias fazem parte. Então, nós fazemos parte e trouxemos o tempo todo a



demanda para que, nesta política — e quem coordena e puxa mais essa política é a Secretaria de Saúde, Direitos Humanos e Assistência Social junto — haja um enfoque de gênero, porque existem muitas mulheres jovens que estão consumindo *crack*, e isso as coloca numa situação de mais vulnerabilidade para violência sexual, para violência doméstica, para gravidez indesejada. Então, para que o tempo todo que haja essa abordagem, e o nosso equipamento aqui do Centro, o Centro de Cidadania da Mulher, que fica aqui na beirinha da Rua 25 de Março, também está sendo um equipamento que está à disposição dessa política.

Então são essas basicamente as ações que nós temos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não tem acolhimento, não é, para essas meninas que estão grávidas.

A SRA. DENISE MOTTA DAU - No sentido de abrigamento, não, não tem. Não tem. Mas, aí, tem nos da assistência social.

A SRA. LUCIANA TEMER - Temos um serviço de acolhimento para meninas grávidas, adolescentes grávidas, que ficam acolhidas mesmo até terem os filhos, e depois são encaminhadas.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - O Prefeito lança sexta-feira agora, provavelmente com a presença da Presidenta Dilma, um programa na periferia de São Paulo chamado Juventude Viva, que é para levar políticas públicas para a juventude negra, que tem um indicador de homicídios bastante elevado. Entre as várias ações, algumas dialogam diretamente com a questão da violência contra criança e adolescente, exploração sexual. Nós estamos fazendo um trabalho de conveniamento com o SESI no que diz respeito ao programa ViraVida, que é um processo de qualificação profissional para as meninas e meninos nessa faixa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês têm o ViraVida já aqui ou vai instalar?

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Tem. Tem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem uma turma instalada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - E nós queremos levar o ViraVida aos 10 territórios do Juventude Viva também.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O ViraVida sendo em parceria com o SESI? Ou absorver enquanto política pública? Não. Em parceria com o SESI.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Não, em parceira com o SESI. Exatamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Não, muitas, muitas. Praticamente o nosso trabalho é muito vinculado a entidades, organizações. Na área de criança e adolescente, o próprio FUNCAD, nós temos uma relação direta com as ONGs, com os recursos do FUNCAD, mais no que diz respeito à política.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Fale do Fundo aí, para responder à pergunta...

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Eu gostaria de pedir para o Fábio, que coordena o Fundo, que ele tem mais ...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele falou ontem, que vocês abriram o edital e há pouca gente inscrita para poder...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Cento e setenta milhões, *(ininteligível)* da para fazer muita coisa.

O SR. FERNANDO HADDAD - Eu espero que sim. Nós estamos propondo um projeto grande, inclusive eu acho que vocês deveriam levar, se permitirem a contribuição de São Paulo. Eu acho que o FUNCAD deveria se abrir para novas possibilidades, a utilização dos recursos do Fundo. Nós estamos numa negociação com os conselheiros do Fundo para permitir a erradicação do déficit em creche na Cidade de São Paulo.

Sabem todos que existe resistência, algumas resistências, aqui não mais, mas no CONANDA ainda existe alguma resistência de que o dinheiro do FUNCAD não poderia ser usado para investimento. É um erro. Porque nós temos só 26% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas. E a meta do Plano Nacional de Educação é 50%. É até 2020. Está aí 2020. Se nós quisermos cumprir a meta de 50%, é preciso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A meta do Plano anterior não foi cumprida.



O SR. FERNANDO HADDAD - Ela foi mantida porque não foi cumprida. Era de 50%. Era uma meta irrealista, porque nós não tínhamos nem universalizado a pré-escola. Hoje nós praticamente universalizamos a pré-escola, estamos com mais de 92% da matrícula já. Falta pouquinho para 2016 universalizar. Mas de 0 a 3, que era 9%, nós chegamos a 26% — o Governo Lula. O Governo Lula, acesso em 2010, foi de 9% para 26%. Foi um senhor avanço. Mas, para 50%, é preciso dobrar a matrícula.

Então, nós temos que usar o FUNCAD, porque o FUNCAD permite que as empresas doem, abatam do seu imposto de renda, e, se utilizarmos esses recursos para investimentos, isso vai favorecer muito as crianças. Porque criança atendida em creche... Já se está protegendo desde o nascimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso não é educação integral. Como está aqui, a educação integral?

O SR. FERNANDO HADDAD - Aqui nós estamos, este ano, aderindo ao Programa Mais Educação. São Paulo ficou de fora do Mais Educação. Sabe-se que é um programa que vai atingir 45 mil escolas no Brasil, e São Paulo está de fora. Nós estamos entrando agora com metade das nossas escolas para 2014. E pretendemos ter todas aderentes até 2016. O Mais Educação é aquele...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todas as escolas com educação integral.

O SR. FERNANDO HADDAD - No âmbito do Mais Educação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Do Mais Educação.

O SR. FERNANDO HADDAD - Que é um programa com escola de tempo integral de novo tipo. Na verdade, como ela não tem espaço para os dois turnos, ela usa os equipamentos da cidade para oferecer o segundo turno. Então, pode ser centro desportivo, pode ser até praça pública, mas usa-se a cidade inteira, com a finalidade de manter a criança sob a responsabilidade...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A meta de vocês é até...

O SR. FERNANDO HADDAD - Até 2016, atingir 100% das escolas, 20% da matrícula.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu acho que são dois... A educação é (*ininteligível*) fundamental.



O SR. FERNANDO HADDAD - Ah, não. E a educação infantil... Por isso que eu digo, seria uma grande contribuição do Congresso, porque a Lei do FUNCAD é muito genérica, então, fica muito na mão do CONANDA dizer o que pode e o que não pode. Eu acho que a Lei do FUNCAD deveria dizer “deve” — e não que pode. “Deve” investir em educação infantil. Porque o empresariado quer colaborar, a Prefeitura precisa, as Prefeituras não têm recursos para desapropriar terreno, para construir, mesmo com o apoio do Ministério da Educação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É por conta da... Porque tem um problema...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para alguns lugares, o problema do terreno é um problema grave.

O SR. FERNANDO HADDAD - Grave.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como aqui em São Paulo, que tem muita ocupação.

O SR. FERNANDO HADDAD - E o FUNCAD seria fundamental. Nós vamos fazer aqui a parceria.

Como é que está indo? Está indo bem, não é?

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Está indo bem.

O SR. FERNANDO HADDAD - Com os conselheiros está indo muito bem. Porque o drama é tão grande, que os conselheiros não têm como recusar estudar essa hipótese. Não têm como recusar. Fazer o que com os recursos? Os recursos parados na conta, e as crianças fora da creche? Tem cabimento um negócio desses? Nós estamos atendendo 100% dos projetos bons apresentados, e ainda assim fica o dinheiro na conta. E a criança fora da creche? Eu acho que podia ser uma contribuição da CPI, uma recomendação de que a Lei...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO HADDAD - ... do FUNCAD preveja que o dinheiro pode e deve para o propósito de cumprir a meta, se não me engano, a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. Meta nº 1, eu acho que é.

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Deputada, do ...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Obrigada, viu, pela oportunidade.

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Deputada Keiko, só um último esclarecimento que eu ontem não dei. O Fundo tem uma possibilidade de captação de 70 milhões anuais, e historicamente tem uma capacidade de 29 ou 30 milhões de execução. Então, também se faz um saldo, no Fundo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - ... pela não execução e, diante de todas as demandas, aquelas todas que eu apresentei ontem, e também das dificuldades, do dinheiro que está desvinculado, de as organizações apresentarem projetos que atendam a essas demandas — que não são as demandas delas, mas, sim, as demandas das prioridades que estabelecemos. Um pouco do que eu falei ontem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Vou passar para a Deputada Keiko, para irmos encerrando...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Há ações para combater bailes *funks*, ações imediatas? Porque isso está apavorando a sociedade. *(Pausa.)*

Existem convênios com organizações não governamentais?

O SR. FERNANDO HADDAD - Em que sentido? Desculpe-me, Deputada *(ininteligível)*...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Se há uma parceria...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Tem...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Tem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Quantos às denúncias do Disque 100, como são processadas pela Prefeitura? Essas três.

Eu gostaria também de falar aqui: intensifiquei uma semana de cultura de paz em escolas. E foi muito bom. Então, esses temas poderiam ser falados bastante na escola para prevenção. É muito importante, porque a criança assimila bem essa cultura de paz. E o que é uma cultura de paz? É uma ação forte para extrair da criança o que ela tem de bom. E nós percebemos, com essas ações que nós fizemos nas escolas, Prefeito, que foi positivo.



Eu gostaria que se usasse mais esse espaço das escolas para prevenção, para falar sobre sistemas, campanhas, programas.

O SR. FERNANDO HADDAD - Está bem.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Está bem?

O SR. FERNANDO HADDAD - Está bem. Respondo à sua primeira pergunta: *funk*. Sabe qual a melhor maneira de combater o baile *funk* a que V.Exa. se refere? Promovendo um baile *funk* de maneira correta. Essa é a maneira como nós estamos lidando com os jovens. Ao invés de nos afastarmos deles, que têm todo o direito de gostar de um gênero musical e quererem se divertir, nós estamos nos aproximando deles e viabilizando, junto a eles e em sintonia com a comunidade, que tem os seus direitos que precisam ser respeitados, uma orquestração ali, de como temos que nos organizar para todo mundo se divertir. Quem quiser descansar, tem o seu direito; quem quiser se divertir, tem o seu direito.

Então, não estamos naquela política de chegar e reprimir. Nós estamos na política de nos juntar a eles e dizer: *“Olha, temos um problema, o som está alto, as pessoas querem descansar, mas queremos ajudar vocês. Vocês querem organizar um baile? Podemos oferecer um espaço mais adequado, podemos oferecer segurança, podemos levar a Guarda Civil para junto de vocês.”* E a receptividade tem sido ótima.

Convênios: nós temos na casa de bilhões de reais de investimento em convênios. A SMADS, este ano, tem convênios da ordem de 1 bilhão e 80 milhões de reais, se eu não estou enganado...

A SRA. LUCIANA TEMER - Na verdade, o convênio é de 600 milhões...

O SR. FERNANDO HADDAD - Não, o orçamento. É verdade, o orçamento é de 1 bilhão e tanto...

A SRA. LUCIANA TEMER - O convênio é de 600 milhões...

O SR. FERNANDO HADDAD - De um orçamento de mais de 1 bilhão de reais — eu cometi uma pequena falha aqui —, de um orçamento de mais de 1 bilhão de reais de SMADS, 600 milhões são convênio.

A SRA. LUCIANA TEMER - Todos esses serviços de acolhimento são conveniados...



O SR. FERNANDO HADDAD - São feitos por convênios. Então, nós temos serviço próprio, da Prefeitura, mas nós temos também parcerias...

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - O *(ininteligível)* é 30 milhões de convênios para aproximadamente 200 entidades.

O SR. FERNANDO HADDAD - Exatamente. Então, aqui nós temos uma tradição de parceria enorme na cidade. Gente que, há décadas, serve à população, com... Então, nós temos toda a tranquilidade.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - E a denúncia do Disque 100?

O SR. FERNANDO HADDAD - Sabe...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LUCIANA TEMER - Na verdade, quando chega a denúncia do... Na verdade, as denúncias do Disque 100, quando dizem respeito a alguma ação de verificação nas famílias, os CRAS e CREAS são acionados, vão verificar e respondem ao Disque 100. Agora, a gente não tem tido um retorno — não é, Rogério? — do que acontece. Quando é uma denúncia que tem fundamento, é lógico que todo o mecanismo é acionado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Elas vão para o Ministério Público. É isso?

A SRA. LUCIANA TEMER - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Disque 100 vai para o Ministério Público e, em alguns casos, vai para o Conselho Tutelar.

A SRA. LUCIANA TEMER - Isso. Mas, na verdade, nós somos muitas vezes acionados para verificar as situações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

A SRA. LUCIANA TEMER - Então, os CRAS e CREAS, frequentemente, respondem para o Ministério Público as denúncias do Disque 100, na verdade. E quando se constata, de fato, uma violação de direitos, o próprio Ministério Público toma as atitudes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Era bom haver um levantamento, porque é o seguinte: para você ver qual é o desdobramento das denúncias e quantas vezes resultou em atendimento, quantas resultou em processos, em inquéritos e tal, enfim. O Governo Federal está com essa



preocupação agora, está tentando agora buscar um acompanhamento do que acontece com as denúncias do Disque 100, porque nós soubemos em vários locais que as denúncias do Disque 100 não têm encaminhamento.

Então, é importante, a denúncia é importante, porque é desnaturalização, responsabilidade da comunidade. É muito importante, mas é preciso que haja um encaminhamento.

O SR. ROBERTO PORTO - Nós temos, Deputada, em relação a esse aspecto, trabalhado, até por uma questão de atribuição legal, sempre com o Ministério Público e com as Polícias. A preocupação é tão grande que até há uma reunião quinta-feira desta semana agendada com o Procurador-Geral. Ele está criando uma Promotoria de Justiça específica para cuidar do tema...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Do tema de violência sexual?

O SR. ROBERTO PORTO - Exatamente. E a Promotora que foi designada para atuar nessa Promotoria é a mesma que cuida do nosso caso na Vila Maria, que tem dado sequência ao nosso levantamento...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como é o nome dela?

O SR. ROBERTO PORTO - Eliana Vendramini.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria, Prefeito, agradecer pelos esclarecimentos. Tenho a sugestão da força-tarefa.

O SR. FERNANDO HADDAD - Eu vou conhecer, antes de mais nada, como é que eles procederam, porque deve ter tido alguma tecnologia para fazer esse tipo de ação funcionar. Então, foi no...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - *(Ininteligível)* encontrar, às vezes, com *(ininteligível)* e fizeram uma força tarefa, implantaram...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma rede...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... fizeram uma rede...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só que tem que ter continuidade, senão...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... uma rede de proteção e implantaram um centro, dentro de alguns lugares, onde tem...

O SR. FERNANDO HADDAD - Ah, no local...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - No local. No local.

O SR. FERNANDO HADDAD - Eu vou conhecer a experiência. Confesso a você que não a conheço. Ela está em funcionamento, ainda, no Rio?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Funciona no Rio.

O SR. FERNANDO HADDAD - Funciona?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) – Lá no CEASA.

O SR. FERNANDO HADDAD - Então, Denise, você está encarregada de ir até o Rio de Janeiro, no CEASA, falar com a sua homônoma lá e conhecer a experiência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, está bom.

O SR. FERNANDO HADDAD - Está bem? Obrigado. Obrigado, Deputadas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De nada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço pelos esclarecimentos. Há alguns dados que vão ser remetidos, o plano de enfrentamento, algumas sugestões, acho que seria importante essa questão do plano de metas, o que está circunscrito à discussão de crianças e adolescentes; enfim, e essas iniciativas acerca do empoderamento dos conselhos tutelares.

Prefeito, eu queria agradecer a V.Exa. e dizer que nós vamos acatar a sugestão do Fundo da Criança para que nós possamos modificar a sua utilização através de um projeto de lei. Quero apenas sugerir que pudéssemos criar alguns marcos legais, do ponto de vista dos alvarás; enfim, ter um comprometimento de informação e de sensibilização nos alvarás que lidem com o turismo. A nossa CPI está investigando também o turismo sexual. E a gente está aguardando o plano, que é a contrapartida para a preparação da Copa.

Vocês têm um observatório também, não é?

A SRA. LUCIANA TEMER - Temos!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque foi dito pela representante... Esse observatório é muito importante. E seria bom se a gente pudesse ter, com o recorte de crianças e adolescentes, os dados do observatório.

Quero agradecer-lhe muito, desejar-lhe boa sorte e dizer que nós somos parceiros.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro encerrada a presente reunião.